



Relatório da Oficina de Avaliação do Ensino: a perspectiva do caminho da qualidade
nas Escolas não universitárias do campo da saúde

Relatores: Adriana Geisler e Alex Bicca

Brasília, 3 e 4 de Dezembro de 2018.

Oficina de Avaliação do Ensino: a perspectiva do caminho da qualidade *nas Escolas não universitárias do campo da saúde*

A Oficina de Avaliação do Ensino: a perspectiva do caminho da qualidade nas Escolas não universitárias do campo da saúde, ocorrida em Brasília nos dias 03 e 04 de dezembro, foi uma parceria da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com o apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS). Reuniu uma média de 77 pessoas por dia e quatro redes: Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola); Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS); Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF); e Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU).

No âmbito da Gestão da Educação, a SGTES/MS tem apoiado projetos que buscam a construção do caminho da qualidade da oferta educativa para o SUS, entre os quais, o Projeto de “Avaliação do Ensino Lato Sensu em Instituições Formadoras da Saúde: o caso da FIOCRUZ”, elaborado a partir do credenciamento da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) como Escola de Governo. A construção do projeto tornou oportuno ampliar a discussão da FIOCRUZ e da SGTES/MS com os parceiros das Redes de Escolas de Pós-Graduação em Saúde Pública e de Escolas Técnicas da Saúde do SUS, sendo, esta Oficina, um dos espaços para esse compartilhamento.

O objetivo da Oficina foi revisitar e debater o tema da Avaliação das Escolas não universitárias da Saúde, construindo consensos em torno de subtemas eleitos como estratégicos da gestão da qualidade nessa área, visando contribuir para o enriquecimento da gestão escolar e para o desenvolvimento de processos de autoavaliação das Escolas não Universitárias da área de saúde.

A Oficina foi disposta em painéis e palestras e contou com palestrantes convidados com a participação e debate da plateia.

Mesa de Abertura

03/12/2018, segunda-feira, 9:00 – 10:00

A abertura contou com a presença da secretária substituta da SGTES, Cláudia Brandão; da presidente da CPA-Fiocruz e uma das coordenadoras da Oficina, Isabella Delgado; e da pesquisadora da Fiocruz, também coordenadora da Oficina, Tânia Celeste.

Claudia Brandão saudou o público, situando o evento no contexto da parceria FIOCRUZ – SGTES/MS), destacando que a Oficina fez parte de uma parceria entre Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). *“Quando o projeto foi apresentado à SGTES/MS, percebemos que poderíamos ampliar para outras escolas. Nosso objetivo principal é a melhoria na educação em saúde no país”*, ressaltou.

Claudia comentou, ainda, sobre o DEGES e a política de Educação Permanente, com vistas à melhoria da qualidade do ensino em saúde, da melhoria da formação dos profissionais e da qualidade do atendimento da população. Por fim, ressaltou as ações realizadas no âmbito do DEGES (primeiro Laboratório de Inovação em Saúde, por exemplo).

Isabella Delgado também saudou o público, agradecendo aos palestrantes que aceitaram o convite. A presidente da CPA-Fiocruz destacou a importância do tema da qualidade dentro do evento e ressaltou que a Oficina vinha sendo pensada desde o credenciamento da Fiocruz como Escola de Governo para oferta de cursos lato sensu (especialização). *“Essa Oficina é parte dessa estratégia de pensar um modelo de autoavaliação para uma instituição tão complexa quanto a Fiocruz e que pode servir de modelo a outras instituições não universitárias”*, mencionou Isabella.

Tânia também destacou o acolhimento para a oficina e agradeceu aos participantes, especialmente à Claudia Brandão, por pensar a Educação Permanente como guia das ações do DEGES e da SEGETS. A coordenadora da Oficina e pesquisadora da Fiocruz enfatizou que essa é uma atividade conjunta, que o Ministério da Saúde não apenas apoiou a atividade. Situou ainda a reunião no âmbito da pesquisa da FIOCRUZ e do credenciamento da instituição e de sua avaliação interna e ressaltou o propósito do evento, qual seja, o de fazer um estudo coletivo. Para ela, as mesas são disparadoras e a

contribuição das Escolas é fundamental. Tânia destacou ainda o papel da relatoria, da revisão bibliográfica feita previamente e distribuída aos participantes e destacou uma palestra proferida pelo professor Christian Chauvigné como importante referência na preparação da Oficina. De acordo com ela, *“esse encontro é uma grande reunião de pesquisa e de contribuição a um projeto. A principal finalidade dela é produzir sínteses que contribuirão com esse novo modelo de autoavaliação que está sendo construído”*.

Palestra 1 - 10:00 – 11:00: A avaliação institucional na perspectiva da Educação.

Palestrante: Clarice Escott - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Mediação: Tânia Celeste Nunes (FIOCRUZ)

Clarice Escott iniciou sua palestra destacando seu lugar de fala e a sua própria trajetória dentro da avaliação institucional. Afirmou trabalhar com o tema antes da criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e que ajudara na implementação do próprio sistema. Foi, portanto, alguém que olhou o trabalho em educação e saúde por dentro de uma instituição de ensino superior.

Destacou sua experiência em instituições de nível superior, tanto na instituição dos currículos quanto como quem acompanha a relação educação-saúde nas IES.

Segundo a professora, é importante entender a avaliação institucional na perspectiva macro – regulatória. Nesse sentido, procurou analisar as características da avaliação institucional regulatória. Para ela, a regulação visa a um ordenamento para o desenvolvimento do conjunto de instituições de Educação. A avaliação regulatória é fundamental pois, além de garantir a qualidade, exigindo uma ação político-administrativa do Estado, legitima as instituições do ponto de vista social; é uma forma de resposta à sociedade, embora, algumas vezes, seja usada de forma equivocada. A Regulação se dá em forma de regras, normativas e fiscalização do cumprimento dessas regras.

De acordo Clarice, a avaliação externa (regulação) toca na dimensão burocrático-legalista de controle, modelação e fiscalização. Enquanto prática social, a instituição

tem como fim o desenvolvimento de valores da sociedade. Importa, portanto, na necessidade de reconhecimento de sua legitimidade, mas também na autonomia para o desenvolvimento do projeto que se quer. Essa função não deve ser esgotar em si mesma, mas se articular com a função da avaliação educativa para que se desenvolva como prática social voltada à produção da qualidade das instituições de emancipação social (perspectiva fundamental da educação). Uma formação crítica exige tanto emancipação dos profissionais quanto dos estudantes.

Para a professora, trata-se de duas modalidades de avaliação que não se separam. A regulação está dada (está vinculada com as políticas públicas, define os princípios e normas para organização e oferta de cursos de pós-graduação, procede a verificação do cumprimento da regulação, avalia a instituição de Ensino e os cursos) e nos encaminha para uma perspectiva de qualidade.

Assim, a reflexão sobre o que a instituição está fazendo não pode estar separada da regulação. A Autoavaliação institucional precisa fazer essa relação entre autoavaliação e regulação. A autoavaliação institucional, portanto, olha para a missão maior, fazendo o balanço dos rumos da qualidade da instituição. É um refletir o projeto instituinte da organização. Colabora na produção do conhecimento sobre a própria instituição e no fazer das pessoas que nela estão. O propósito de avaliação institucional, portanto, não é o simples controle, mas a melhoria contínua (qualidade).

A avaliação educacional se preocupa com a aprendizagem dos sujeitos e grupos submetidos a processos ou situações com vistas a novos conhecimentos. Pode se dar sobre a avaliação de currículo, de ensino ou de uma modalidade de curso. Tem uma intencionalidade educativa, diferente da intencionalidade da regulação, e serve para produzir sentido sobre aquilo que a gente está fazendo.

A avaliação institucional na perspectiva educacional é concebida e praticada como ação social formativa e construtiva que implica em convívio, em processo dialógico e respeitoso. É um instrumento de responsabilidade democrática que não pode prescindir de espaços de diálogos, como por exemplo, o dessa oficina. Não pode se dar apenas na perspectiva do curso. Inevitavelmente, desencadeia conflitos, mas, igualmente, serve de desenvolvimento construtivo de melhoria das práticas pedagógicas, na medida em que favorece a compreensão coletiva sobre as qualidades negativas e pontos fortes.

Esse tipo de avaliação permite revisar falhas e erros e exige que se tenha um grupo que pense o processo de autoavaliação de forma contínua. Além disso, os procedimentos avaliativos devem ser articulados a um programa que reflita sobre práticas integradoras; e não apenas na perspectiva de um curso. Assim, esses procedimentos devem deixar brechas para que o programa tenha adequações regionais. Esse percurso engloba instrumentos de coleta, espaços de avaliação e visa a promover ações integradas para superar os desafios institucionais.

A professora pautou o final de sua palestra considerando as contribuições de duas autoras: Saul e Leite. Da primeira destacou os formatos de avaliação institucional de caráter emancipatório (Avaliação emancipatória - Saul, 2001). Da segunda, o conceito de “avaliação participativa” (Leite, 2005).

Para ela, Saul ao propor a utilização de uma metodologia de avaliação participante, destaca que não se pode olhar para a avaliação de um projeto sem pensar na implicação dos sujeitos envolvidos nele. Dentro dessa perspectiva, a avaliação assume uma perspectiva formativa do curso e de seus participantes e responde a problemas imediatos de direcionamento do curso de forma crítica e compartilhada.

Autoria, autonomia e cogestão conformam um tripé na perspectiva de Leite (2005), segundo Clarice. Uma boa metodologia avaliativa envolve discussão, reflexão, retórica dialógica e permanente sobre o que fazer e como fiscalizar a ação. Tem como valores: a “escuta” (aprender a demanda das pessoas; momentos de democracia com olhar para a prática), a transparência, a ética, a prestação de contas (retorno dos resultados), a responsabilidade e a produção da cogestão, e a preservação da autonomia institucional (condição para a realização de um projeto com unidade e convergência). Mas também é necessário “critério”, que é o que nos permite olhar de forma mais aproximada de um determinado fenômeno.

Clarice ainda mencionou os aspectos técnicos da avaliação institucional e, mais uma vez, destacou que a avaliação precisa sempre conversar com a perspectiva política (é o que vai dar a dimensão do sentido para a tomada de decisão para que sejam acolhidas e assumidas por todos). A participação é assim a mola propulsora de todo o processo, com gestão democrática (autonomia). A autoavaliação democrática é sinônimo de gestão democrática, salientou.

Qualidade é um juízo valorativo que se constrói socialmente para Clarice. Trata-se de um sistema valorativo que é dado pela sociedade. O processo qualitativo deve ser, dessa forma, rigorosamente definido por indicadores e critérios que pensem de maneira compartilhada os valores do ponto de vista da educação em saúde. Quanto mais qualitativo, mais rigoroso. O resultado da avaliação precisa ganhar a dimensão do sentido (gerar sentido) e estabelecer a relação entre pertinência e qualidade.

Em síntese, a avaliação pode promover uma reflexão crítica sobre os programas/cursos de pós-graduação que seja contextualizada e datada na realidade brasileira. Além disso, garantidos os espaços de participação em todos os momentos de avaliação, deve cumprir sua função mais nobre: a de ser formativa, isto é, de contribuir para o aperfeiçoamento. A professora ainda elencou três momentos da avaliação emancipatória, a saber: a descrição da realidade; a crítica dessa realidade e a criação coletiva a partir dessa crítica.

Debate

Perguntas:

Gerdo Faria (Rio Grande do Norte – CPA-FIOCRUZ): Segundo a professora, a avaliação institucional não pode desprezar a avaliação externa. Como assim? Encontro muitas divergências entre essas avaliações. Em que grau a autoavaliação pode ficar dependendo da avaliação externa?

Isabella Delgado (FIOCRUZ) – A partir da fala de Clarice, percebeu que intuitivamente a CPA está no caminho certo. Mencionou o projeto CPA-Itinerante, que estabeleceu o diálogo com as unidades. Destacou que o grupo pensou a CPA para um mandato de dois anos; que foi ampliado para três anos em função do credenciamento (de 8 anos). Houve a recondução de 50%, preservando a continuidade do trabalho da CPA no processo de avaliação institucional.

Marília (ESP Bahia) – Avaliação importa em qualidade e sentido que tem que se dar na prática. Estamos investindo em avaliação agora, com cursos em parceria com a Rede de Escolas. É preciso ter sentido os efeitos na prática; é preciso buscar nos indicadores da instituição. Qual o impacto que o curso teve na prática? Mais do que avaliar o ensino é importante avaliar o programa.

Paulo Carvalho - A produção de reflexão sobre o tema foi maior nos anos 90?

Respostas:

1. Nos 90 a tendência da avaliação externa era classificatória. Buscava o ranqueamento. Isso exigiu que o pensamento crítico se encaminhasse na direção da produção de sentido e na direção da autonomia das instituições. Até que ponto somos livres para construir o projeto institucional e de cada curso? A Nova Sociologia da Educação buscou responder a essa pergunta a partir da relação macro e micro de regras; a partir do que se pode denominar de “brecha discursiva”. Um importante autor da sociologia da educação é Basil Bernstein.

2. A questão da CPA Itinerante é um ganho. É muito difícil construir um processo único com a CPA. Mas na avaliação é muito importante o domínio de quem coordena para que não se perca. Nesse sentido, a continuidade do mandato é fundamental. A avaliação institucional precisa de continuidade.

3. A Educação é um bem público. A instituição se legitima quando ela é bem avaliada. A regulação é fundamental, mas a legitimação precisa dos parceiros e da sociedade. A instituição precisa da legitimação da sociedade. Efetivar a intencionalidade da avaliação precisa ser construída para uma instituição específica. Cada instituição precisa ter liberdade e a flexibilidade necessária para as diferenças.

4. A produção é maior nos anos 90 e 2000.

Nova rodada de perguntas:

Regina Gil (Univ. Estadual de Londrina): Nas escolas a gente vê uma situação de conflito. Cada um vem com uma visão diferente. Muda a direção, a gestão. Temos que pensar a avaliação institucional mais próxima da avaliação educacional por causa dos alunos. Criar mecanismos para que os profissionais tenham um pouco mais de perenidade nas escolas. E também o próprio aluno-profissional também fazer uma

autoavaliação do que significou aquela formação. A avaliação institucional na perspectiva educacional tem como desafio envolver a participação da comunidade, criando mecanismos mais perenes de autoavaliação.

Fabíola ETSUS (TO) – A avaliação foi construída, historicamente, como punição. Quais foram os desafios para a materialização dessa avaliação emancipatória e participativa?

Adriana Geisler (INI, VPEIC) – Como fica a avaliação participativa no contexto de hoje, considerando que caminhamos para uma lógica não democrática?

Cláudio Gomes (Politécnico) – Existem as avaliações externas e existem as avaliações que as instituições fazem de si próprias, isto é, formas avaliativas de caráter externo e autonomia avaliativa. Quanto maior a autonomia da instituição, mais as avaliações institucionais podem fazer uso adequado e crítico dos processos regulatórios implementados pelo Estado, contribuindo com eles.

Respostas:

1. A autonomia avaliativa tem que dialogar e alimentar o projeto institucional, político-acadêmico, mas também dialogar com a avaliação externa. Tem-se o exemplo dos Institutos Federais, que tensionaram para o respeito da sua forma de institucionalidade, já que não se sentiam contemplados com a forma de avaliação externa.

O mais importante nesse momento é lutar pelos nossos espaços externos de diálogo e convivência, gerando força para a resistência; lutar pela autonomia. Mesmo que soframos com imposições, mesmo que tenhamos que dar passos atrás.

A Avaliação participativa é um espaço de conquista. Nem vivemos a democracia direito ainda. Não é à toa que a CPA foi pensada ao lado da gestão, mas fora dela. Fomento da gestão participativa. Se o processo de gestão for autoritário não é possível uma avaliação participativa e democrática.

2. A cultura de avaliação participativa é um espaço de conquista. No início as pessoas terão medo de responder um instrumento online. O papel da CPA é construir um espaço de confiança.

Painel 1 - 11:00 – 13:00: Sistemas avaliativos nas escolas não universitárias da Saúde

Panelistas:

Paulo Carvalho (FIOCRUZ) – Sistema E-MEC/ Escolas de Governo

Rosa Souza (ENSP/FIOCRUZ) – Sistema de Acreditação Pedagógica

Claudio Gomes Ribeiro (ENSP/FIOCRUZ) – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Mediação: Isabella Delgado (FIOCRUZ – Coordenadora do Ensino Lato Sensu)

Paulo Carvalho: Por que e para quê credenciar Escola Governo?

Até 2001 (Resolução CNE n.1) as EGOV tinham credenciamento especial (“Instituições especialmente credenciadas”). Eram as normas para Especialização lato sensu, autorizadas para IES.

Em 2009 (Parecer CNE 238) se propôs a extinção credenciamento especial para evitar indústria de cursinhos de pós-graduação; entendendo que as Escolas de Governo (EGOV) estavam preparadas e amparadas pela CRFB/88.

Em 2011 (Res. CNE n. 7) o credenciamento especial é extinto, mas se autoriza as Escolas de Governo a terem seus cursos, caso se submetam a processo de credenciamento institucional pelo MEC. As EGOV passam a ser reguladas pelo SINAES.

Em 2014 (Res. CNE 295/2013) é aprovado o instrumento de avaliação institucional e credenciamento institucional para oferta lato sensu. Portanto, constituem-se condições

regulatórias para o credenciamento das Escola de Governo. Tudo isso foi feito pelas irregularidades que se tinham até então.

Os requisitos legais para credenciar EGOV: PPP; PDI; Criação da CPA; Cadastro no sistema e-MEC; inserção de justificativas no e-MEC (indicadores de avaliação); Realização da avaliação externa (comissão de avaliadores designada pelo INEP).

O Instrumento de Avaliação não foi feito para avaliar as EGOV. Descrito no Parecer CNE/CES 295/2013, está organizado em: a) 01 eixo declaratório; contextualizado da instituição; b) 05 eixos/dimensões – cada um composto por diversos indicadores (num total de 44).

O PDI e os relatórios de autoavaliação são o referencial básico para o credenciamento/recredenciamento – preenchimento do formulário e-MEC. A cada indicador pode ser atribuído conceito entre 01 (não existe) a 05 (excelente).

Rosa Souza

A Rede de Escolas está fazendo dez anos. É composta por cinquenta e três instituições formadoras no território nacional. Fortalecer a Rede é fortalecer o SUS.

A professora mencionou ainda os marcos históricos da Rede, sua missão (articular e fortalecer as escolas e centros formadores em saúde) e seus valores (educação permanente, inclusão de atores, diversidade, solidariedade, gestão democrática, confiança, espaço de fomento da formação em saúde),

Segundo Rosa Souza, nos anos 90, a ENSP capitaneou a acreditação pedagógica dos cursos lato sensu em saúde pública, com o apoio da Escola de Altos Estudos de Rennes (EHESP/França), da Abrasco, etc... Estabeleceu-se um Termo de Cooperação entre a ENSP e a SGTES. Nesse contexto, de acordo com a professora, o curso de “nova” formação em saúde pública” capacitou 600 sanitaristas.

A Acreditação Pedagógica é um procedimento de verificação interna e externa e uma forma pactuada de gerenciamento coletivo da qualidade e orienta-se no sentido de dar reconhecimento social a um curso oferecido por uma dada instituição. Acreditação pedagógica implica em melhoria da qualidade.

Rosa ainda mencionou os princípios e valores da acreditação pedagógica, bem como seus instrumentos, a saber: termo de adesão – instituição formadora e agência; manual de acreditação, referencial de qualidade (padrões de referência), autoavaliação (alma do processo; mobilização externa que provoca na ambiência da Escola).

Dentro do fluxo da acreditação pedagógica destacou o que chamou de “escutas, anseios e reflexões”. Segundo ela, as Escolas manifestam interesse em ingressar na trajetória da qualidade, nova avaliação, inclusive para Residência; formação docente; estudo de egressos; dimensão pedagógica da acreditação (educação Inter profissional).

Link de um vídeo proposto pela professora: <https://youtu.be/NRQZoIp9awI>

(Experimentação do processo de acreditação pedagógica do curso de Especialização em Vigilância Sanitária da Escola de Saúde Pública do Ceará. Vídeo publicado no Youtube em 11 de dezembro de 2014).

Cláudio – Escola Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio

Claudio Gomes inicia a palestra agradecendo à inclusão do SISTEC no evento. Segundo ele, o SISTEC nasceu apenas como sistema de informação e substituiu o cadastro nacional. Não tinha nenhuma relação com avaliação.

A LDB de 1996 não fazia nenhuma referência à avaliação dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica. De acordo com o professor Cláudio, o Decreto do ministro da Educação, Paulo Renato, era muito ruim. Em 1999 surgem as primeiras diretrizes curriculares, ainda nos termos de cadastro nacional, dando alguma regulação a ele.

Em 2004 há uma alteração em que se instituiu uma oferta integrada, articulando educação básica e a educação profissional. Substituiu-se o decreto que regulamenta a educação profissional. Em 2008, há um acréscimo à LDB (acréscimo ao capítulo 36D) que se constitui como condição de validade dos diplomas. E em 2009, o SISTEC é criado e é herdeiro dessas transformações de regulamentação da Educação Profissional. Em 2012 há um acréscimo num capítulo da LDB 36D novas diretrizes. Em 2012 surgem novas diretrizes curriculares à luz dessa sequência de alterações. Em 2016 uma nova Portaria Ministerial, pela primeira vez, aborda a dimensão da avaliação. Em 2018, se consolida um manual de “avaliação” (Manual de Orientação para cadastramento no SISTEC).

O SISTEC, antes de tudo, visa a publicidade das matrículas e dos planos de cursos ofertados. Pode ser utilizado como monitoramento e estudo do Estado da Arte da Educação Profissional. Para Claudio Gomes há o desejo de unificação dessas plataformas de educação profissional no país.

De acordo com o professor, a partir da década de 90 o governo eletrônico tenta dar uma resposta à cidadania. Para ele, temos outras formas de participação das pessoas. Formas imateriais. Como exemplo tem-se as tecnologias que são produzidas no Vale do Silício (EUA).

O professor termina sua exposição questionando de que maneira o caráter de avaliação entra nessa forma de relacionamento do governo federal com a cidadania, com as Escolas (governo eletrônico)? “Cidadania digitalizada”. E pergunta: qual o papel que as avaliações das instituições públicas têm na autonomia avaliativa? Segundo ele, a avaliação é um espaço de fazer política. É necessário resgatar a nossa aposta formativa; “desfetichizar” os dados. A avaliação é o momento de pensar os dados, inclusive no que tange às escolhas políticas feitas; é o momento que deixamos de acessar os dados, mas nos tornamos usuários desses dados. Como incrementar os mais diversos níveis de autonomia nas instituições no diálogo entre projeto político e a regulação?

Debate:

Gerdo Faria: Faz uma crítica ao MEC (sistema e-MEC), pois o sistema, segundo ele é muito complicado. Pergunta se foi a Fiocruz que fez o instrumento de avaliação ou foi o próprio MEC?

Ondina Canuto (CEARÁ): O processo de autoavaliação e o processo de avaliação externa, que é o processo de quem está de fora. Tem um que credencia e outro que acredita. Eu acredito que tem que construir um caminho da qualidade. Como é que esses processos podem contribuir para avaliação participativa e emancipatória?

Tânia Celeste (Fiocruz): Pontua a diversidade de processos. E entende que esse processo de discussão é para sair um pouco dos sistemas e entender o todo. Estamos vendo que tem experiências que são relacionadas a cursos e outras que são relacionadas a instituições.

Respostas:

Paulo Carvalho (Fiocruz): Esclarece que as Escolas de Governo tiveram apenas alguns espaços de fala; mas foi uma comissão do MEC que elaborou o instrumento avaliativo com base na legislação do ensino superior. Muito há o que construir na Fiocruz. Através das SEGU, nos organizamos para mudar algumas coisas no instrumento de avaliação que é fortemente inspirado no instrumento de avaliação das IES. O credenciamento é relacionado a uma ordenação regulatória.

Rosa Souza (RedEscolas); Tivemos um seminário de acreditação pedagógica, onde as escolas que passaram pelo processo puderam falar sobre a sua experiência. O projeto está sendo finalizado e estamos entregando um relatório ao MS.

Claudio Gomes (ESPJV/Fiocruz): A finalidade do SISTEC: O manual faz referência à avaliação, mas o caráter é meramente formal. Não vejo como isso repercute nas avaliações; mas é importante porque é indutor. O credenciamento ainda é para validar a diplomação. De que maneira a avaliação entra no sistema de governo eletrônico?

Painel 2: A importância da autoavaliação no processo avaliativo das Escolas: debates e experiências

Palestrantes:

Tânia Celeste Nunes (FIOCRUZ) – Experiência da autoavaliação no sistema E-MEC: o caso da Fiocruz

Catarina Matos Soares – Experiência de autoavaliação – Agência de Acreditação (ABRASCO)

Tânia Celeste (FIOCRUZ) – Entendendo o contexto da avaliação da Fiocruz: credenciamento Fiocruz como Escola de Governo.

A professora inicia resgatando o processo vivido na Fiocruz. Percorre a linha do tempo do credenciamento Fiocruz como Escola de Governo.

Em 2015, são elaborados o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da FIOCRUZ. Tanto a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Joaquim Venâncio (EPSJV) quanto a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) já tinham PPP. Vale dizer, que o processo de trabalho da Fiocruz é muito

diverso. E os processos de avaliação tem a marca dessa diversidade e da construção negociada.

Em fevereiro de 2016 a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é criada com as diversas representações. A avaliação externa foi realizada entre os dias 22 e 24 de junho de 2016 por avaliadores designados pelo INEP/MEC em Unidades do Campus de Manguinhos. No mesmo ano, em setembro, a Fiocruz obteve o Parecer favorável, com média 4.

Em março de 2017, a Portaria do MEC nº 331 credencia a Fiocruz como Escola de Governo por um período de 8 anos.

Tânia destaca que a Fiocruz é uma instituição complexa; a principal instituição não universitária do país que articula ensino, pesquisa e sociedade.

Segundo ela, a Fiocruz tem a governança e a forma de funcionamento democrática e participativa, destacando-se a autonomia nos processos de trabalho, a realização dos congressos internos, a existência de fóruns de discussão e decisão coletivos, e a própria instituição da Escola de Governo em Saúde (com o envolvimento de toda a instituição). Vale dizer que o credenciamento dos cursos de lato sensu da FIOCRUZ se deu conjuntamente, nas modalidades presencial e EAD (credenciamento conjunto).

A professora ressaltou também a participação da Fiocruz em redes (RedEscola, Renasf, Rede de Observatórios de RH, RETs, UNA-SUS, entre outras)

Tânia fez menção ainda às características da oferta educativa da FIOCRUZ em 2017: foram 50 cursos Lato Sensu (46 presenciais, 04 EADs), com um total de 2.934 alunos titulados.

Quanto aos instrumentos importantes para o credenciamento, destacou o PDI (perfil institucional, gestão, projeto político-pedagógico, pós-graduação presencial e EAD, corpo docente e técnico-administrativo, corpo discente, infraestrutura, conclusões – propostas/ plano para o ensino), o PPP e a CPA.

Ao longo de sua exposição, a professora elencou as atribuições da CPA e destacou que no processo de autoavaliação da Fiocruz, em 2015, houve muita coesão interna e interesse de todos na participação da avaliação.

Já a avaliação do Processo Avaliativo, segundo ela, exigiu negociações (Fiocruz-MEC) e mediação da ENAP, ator importante na organização do grupo de Escolas, na organização de dados, e na própria qualidade de todo o processo avaliativo.

Para a professora, o caminho da qualidade demandou pautas de desdobramentos que envolvem estudos de egressos, reuniões periódicas da CPA, formação de docentes, debates dos temas em Câmara Técnica de Educação; acompanhamento das questões relativas à mobilidade; acompanhamentos dos avanços na pauta de desigualdades; e oficina de Avaliação do ensino

Catarina Matos Soares (ABRASCO) – Experiência de autoavaliação – Agência de Acreditação (ABRASCO)

O projeto de acreditação pedagógica foi construído em 2014, em parceria com a Secretaria Executiva da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Na ocasião, a ABRASCO - instituição que abriga a Agência de Acreditação pedagógica (Comitê) - comemorava seu aniversário de 35 anos.

Esse projeto tem dois componentes. Um desses componentes é a criação de uma Agência de Acreditação Pedagógica e o outro componente é o desenvolvimento de um Curso de Saúde Pública em parceria com as Escolas de Saúde Pública para formação de Sanitaristas. Segundo a pesquisadora, avaliação é acreditação, mas acreditação não é só isso. Se acreditação pedagógica não é só avaliação: do que estamos falando? Provocou a palestrante.

Catharina falou ainda da Estrutura do Comitê de Acreditação Pedagógica e do conceito de qualidade. Ancorada no conceito de qualidade de Chauvigné (2013) - para quem qualidade é uma construção social – segundo ela, qualidade é um conjunto de características de um produto que possa satisfazer uma necessidade, socialmente reconhecida e aceita em um momento dado.

A pesquisadora destaca como referenciais de qualidade: a) o processo de negociação que media a ação dos atores sociais envolvidos; e b) o processo construído coletivamente, tendo em vista a mobilização de recursos e a construção

Autoavaliação para palestrante envolve diversidade de objetos, produz olhar crítico sobre o curso, mobiliza a escola para dentro, revela as contradições e complexidades do

processo de trabalho, transforma os processos formativos, valorizando/ respeitando as singularidades e demanda pactuação coletiva.

Catharina ainda falou sucintamente sobre autoavaliação nas escolas, acreditação e o modelo de Atenção em Saúde e acreditação e SUS. De acordo com a palestrante, a autoavaliação na acreditação pedagógica é um processo que chega até a elaboração de um documento estruturante. Além disso, existem distintos modelos de avaliação da qualidade.

Debate

Ondina Canuto (Ceará) – Comentou que o critério de exigibilidade da acreditação são três anos de oferta contínua. Pergunta como se estruturou a CPA-Fiocruz? Como é a composição da CPA? E as Unidades de fora do Rio de Janeiro?

Rosa Sousa (RedEscola/ENSP) – Comenta sobre a contribuição que o prof. Chauvigné traz que é o caminho contínuo da qualidade. Na Acreditação Pedagógica há dois movimentos importantes que são: a autoavaliação e o olhar do avaliador externo. A professora Rosa ainda destacou a importância dos alunos e egressos no processo de acreditação.

Carla Gruzmann (COC/FIOCRUZ) – Ressalta que a avaliação deve ser vista como sinônimo de qualidade. A professora questiona como mostrar particularidades em termos do território?

Tatiana Wargas (ENSP/FIOCRUZ): Comenta que é dos processos escolares pensar em avaliações, mas é recente debruçar-se sobre isso no campo da Educação em Saúde. De um lado houve um movimento do SUS de fortalecimento de trabalhadores, de outro, avaliação externa do MEC para as Escolas. Conversa entre duas institucionalidades. Qual é a nossa aposta política para agora? Questiona.

Isabella Delgado (CPA-Fiocruz): Ressalta que para além das reuniões da CPA, trabalhamos com Grupos de Trabalho (GTs) formados por pessoas das diferentes Unidades. Dessa forma, as discussões são ampliadas para além da própria CPA. Em algumas Unidades se trabalhou com PDI. Que PDI queremos para o futuro? (Indicadores). Procurou-se fazer uma relação entre processo de autoavaliação e a capacidade que a instituição tem de se planejar.

André Lima (CPA-Fiocruz): Comentou sobre a governança democrática territorial e como produzir saúde nos espaços de vulnerabilidades? Sugeriu ampliar a acreditação para as formações propostas pelos movimentos sociais. Selo da Universidade Social do SUS. De que maneira podemos pensar juntos processos de acreditação com e para o movimento social?

Respostas

Tânia Celeste (FIOCRUZ) – A CPA tem a cara da FIOCRUZ, como uma instituição de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde e tem a representação diversa com o processo relacional que a FIOCRUZ tem. A configuração que a CPA-Fiocruz tem hoje não começa aqui. É singular e tem história. O PDI é o instrumento que coloca de fato a singularidade (do processo avaliativo e da instituição). A composição da CPA procurou contemplar as regionalidades, a democracia institucional; preservar a perenidade e a avaliação contínua. No processo de credenciamento, de acordo com Tânia, a área social teve um papel muito importante.

Catharina Matos Soares (ABRASCO): Diz que há elementos da Acreditação que ainda não evoluíram, mas há espaço para enfoques em cada território e singularidades. Ressalta que não há um modelo nos processos de autoavaliação, apenas referências. Destacou que o relatório de autoavaliação tem uma grande importância. Ela entende que a avaliação é uma questão institucional e também do SUS e não apenas um processo pedagógico. O Instituto de Saúde Coletiva (ISC), junto ao Ministério da Saúde tem trabalhado uma política de avaliação, pensando em serviços. Em relação a ampliação da acreditação para outras modalidades, a professora ressaltou que a acreditação deve ser situacional. Catharina disse que é preciso pensar a conjuntura e a questão do fortalecimento em Rede.

16:30 – 17:00: Vídeo sobre Gestão Escolar

Mediação: Adriana Geisler (INI/FIOCRUZ).

Anya (Ceará) – Como no processo ensino-aprendizagem se deixa o docente em segundo plano. É preciso investir nos profissionais que cuidam de nossas crianças. A avaliação também é indutora para apontar caminhos. É preciso valorizar a formação dos docentes.

Gisele Cipriani (Paraná)– requer do gestor muitas habilidades sociais.

DIA 04/12 - Terça-feira

09:00 – 10:00 – Palestra 2: O lugar e a importância da gestão acadêmica no processo de avaliação Tatiana Wargas (ENSP/FIOCRUZ)

Tatiana Wargas percorreu sua exposição a partir de três eixos de discussão: Escola/formação; Saúde /prática; Avaliação/ Interações.

No primeiro eixo, Escola/formação, questionou: olhando de forma mais abrangente para a escola formadora, quem é que são os formados e os formadores nessa escola?

Para Tatiana, a escola é um ambiente de aprendizado em vários sentidos que conta com diferentes espaços e agentes (estudantes, professores, coordenação pedagógica, orientadores, supervisores, monitores, inspetores, administrativos, merendeira/cozinheira, faxineira, biblioteca, segurança). Em outros termos, tem um outro conjunto de agentes e muitas interações e trocas que envolvem um conjunto muito maior de atores que fazem o processo formativo.

A escola é, portanto, um ambiente de interação que promove transformações. Como ocorre essa interação e o que contribui para o projeto de formação? De acordo com a professora, uma escola pode ser conhecida pela maneira como promove essa interação. Como cada ator/segmento percebe seu papel dentro do projeto político-pedagógico? Como fazer da Escola um ambiente de transformação dos que dela participam? O que há de comum na conversa entre os profissionais? Qual o papel da gestão acadêmica nesse processo?

É importante indagar, afirma Tatiana: a escola conversa com outros agentes (fora da Escola) que contribuem na construção de projetos de formação? É fundamental que se observe a Escola no território em que se insere, no âmbito social; no seu território, como um curso dialoga com o território no qual se insere?) A escola é uma escola formadora dentro de um território e tem um conjunto de outros agentes que podem e devem contribuir no processo formativo.

A palestrante também explorou as dimensões da formação que devem constar de um projeto político-pedagógico, a saber: humana (pessoas humanas que carregam

intencionalidades, forma para um projeto de futuro, para construir uma outra sociedade) política (participação); epistêmica (verdade e diversidade – projetos que disputam); pedagógica – realidade e construção)

Segundo Tatiana, uma boa formação implica em conhecer as histórias e as inserções; reconhecer os saberes e poderes em disputa; reconhecer vencedores e vencidos; reposicionar projetos; produzir crítica, etc... Uma formação criativa, implica em extrapolar as caixinhas.

O segundo eixo explorado pela professora - “Saúde /prática” - versa sobre processo de normalização da vida das pessoas; processos estes móveis e conflitivos. Fica a pergunta: quando tomamos a consolidação dos Estados e o papel da Saúde, de que projetos estamos falando? A palestrante opôs o que chamou de projeto salvacionista à produção saúde-doença nos territórios. Segundo ela, é preciso considerar a doença mediada pela história nas sociedades concretas; a saúde integrada numa totalidade do social; a formação dos profissionais e a normalização da vida.

No eixo “Avaliação/ Interações”, as perguntas que pontuaram as reflexões trazidas foi: quem participa do processo de avaliação? Quem é avaliado no processo de formação? Que aspectos devem ser considerados numa avaliação? Vale dizer que quando se tratam de agentes e processos deve-se considerar a avaliação da aprendizagem, do processo de ensino e o do impacto da formação.

No que justamente respeita ao impacto da formação, a palestrante pontuou sua preocupação com um “Educar para um outro mundo possível”. Por que devemos mudar o mundo; a quem interessa mudar o mundo? O que é esse outro mundo possível? Como construir esse outro mundo possível? (Gadotti, 2011)

Em relação à gestão acadêmica fez questão de deixar claro que aquela não é a gestão administrativa, pois envolve projetar, construir, acompanhar, avaliar, reposicionar, acolher e acompanhar os processos e os egressos.

Para ela, o lugar da gestão acadêmica é o do planejamento e organização; da liderança e coordenação; da orientação e mediação; do monitoramento e avaliação. O significado da gestão escolar é gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e

políticas educacionais públicas para a implementação do PPP. Dentro dessa perspectiva, destacou a ideia de interação em rede (Luck, 2009:24).

Tatiana ainda enfatizou que a escola está no mundo e conversa com outros agentes (fora da Escola). Além disso, destacou os aspectos importantes para acompanhamento acadêmico, isto é, seus indicadores, a saber: ambiente educativo, prática pedagógica; avaliação; gestão escolar democrática, formação e condições e trabalho dos profissionais, ambiente físico, acesso e permanência dos estudantes,

Assim, gestão acadêmica envolve também a gestão dos resultados educacionais, participativa, de pessoas, pedagógica, administrativa, cultura organizacional, do cotidiano. Por fim, a palestrante salientou que a escola não é mera transmissora de conhecimentos e informações; é lugar de atualização histórico-cultural, espaço de apropriação da cultura para a formação do homem histórico (Paro, 2017).

Em síntese, segunda a professora, a Escola precisa ter uma interação articulada para a formação que envolve quatro dimensões e que devem fazer parte do seu PPP: humana, política, epistêmica e pedagógica.

Perguntas:

As perguntas envolveram questões sobre a dificuldade de conciliar a gestão política e a conquista de aliados. Como enfrentar as dificuldades de autonomia, de pessoal e infraestrutura das Escolas? Como integrar a formação em Rede entre a realidade e o campo de prática nas Escolas? Como enfrentar um contexto político desfavorável às mudanças? Qual deve ser o perfil do gestor acadêmico? Foi destacado os vários atores, tanto internos quanto os externos. Foi ressaltado que a docência exige tempo e uma outra característica que a gestão precisa levar em consideração é o quantitativo de alunos que por docente.

Respostas:

A professora Tatiana destacou que um único agente não constrói a gestão acadêmica, mas, sobretudo, o profissional deve ter a capacidade de escutar e dialogar.

Segundo a pesquisadora, o primeiro investimento tem que ser nos profissionais. A prioridade deve ser em políticas públicas de educação e saúde, investimentos em recursos financeiros, investimentos em docentes e em ambiência na escola.

Para Tatiana, o indicador ampliação da cobertura de saúde da família não é suficiente para avaliar o êxito do SUS. Somos a sociedade mais medicalizada do mundo, apontou.

A pesquisadora da ENSP questiona: Como reconectar-se com a vida? Reconectar-se com esse território? Olhamos pouco o que está acontecendo no mundo – olhamos o mundo por uma fresta. Insistindo em ensinar. Precisamos nos reposicionar – estar no território. Quem é o trabalhador da saúde hoje? A gente não discute mais administração pública no sentido da valorização do espaço público; fomos engolidos por receitas da gestão liberal, corroendo o nosso tempo e pelo produtivismo acadêmico. Que lugar é esse que a gente já ocupou e que a gente já não ocupa mais? Temos que ter a capacidade de produzir novas práticas enfrentando os desafios estruturais do nosso sistema. Temos que fazer política Inter setorial de verdade e termos aliados.

10:30 – 12:30 – Desafios e perspectivas da avaliação do ensino na contemporaneidade

Thereza Penna Firme (Fundação Cesgranrio)

Mediação: Isabel Lamarca

A palestra da professora Thereza foi pontuada por muitos exemplos vividos. A palestrante se propôs a explorar o tema com afeto: *“O coração disse ao cérebro: vamos juntos. É com emoção que vou explorar”*. Segundo ela, Paulo Freire sempre foi um desafio. *“É preciso enfrentar as contradições e saber encarar uma turma que sabe fazer perguntas, como as dos participantes desta oficina”*, comentou Thereza.

Segundo ela, em geral, os educadores usam um instrumental que não facilita a comunicação e a aprendizagem. Assim também é a vida da avaliação. Instrumentos não adequados, não atualizados.

A palestrante lembra que educação e saúde são pilares fundamentais da nossa sobrevivência. Contou a história de seus dois sobrinhos no encontro com o Papa, na visita deste ao Rio de Janeiro. Um deles, portador de necessidades especiais, foi apresentado ao Pontífice deitado; o outro erguido na direção de Francisco, em pé. *“Essa é a nossa vocação: jovens deitados e jovens em pé. E brincou: “- (Fio) Cruz, que carregamos”*, exemplificou a professora.

Falou um pouco da sua experiência, contando que entrou na avaliação para salvar as pessoas da má avaliação. Isto é, daquela centrada nas imagens de baixa autoestima. Para ela, esse tipo de avaliação é criminosa. Uma boa avaliação deve levar à transformação. Além disso, a avaliação deve ser *“apaixonada por gente”*. Esse é o papel do gestor e do avaliador.

A professora compara a avaliação e à docência ao carnaval e, mais uma vez, consegue risadas da plateia dizendo que o nome do Bloco de Carnaval feito para os educadores é: *“Se não aguenta por que veio?”* Já na Universidade seria: *“Concentra mais não sai”*. Para ela, o educador deve estar sempre em ação.

Para a palestrante, a avaliação não deve ser feita somente para agradar ao MEC e aos governos; não deve ser exclusivamente marcada por números e tabelas. O principal da avaliação não se restringe à coleta de dados, mas serve para chegar a um juízo de valor (todos nós somos avaliadores).

Thereza no adverte que a avaliação é uma fotografia do momento, isto é, situacional. Não se deve perder tempo. Deve-se prestar atenção: a avaliação começa pela observação.

Além disso, para ela, avaliação é acolhimento. *“Abrace primeiro”*, orienta. É necessário que o processo de avaliação use o que serve para a vida.

Mais uma vez, a professora se utiliza de uma alegoria: a dos Cântaros embaçados. Segunda ela, na história narrada, a água que lava o cântaro representa o conhecimento que estava escondido. E a imagem que fica no vaso, agora não mais empoeirado, representa a transformação. Resta o *“cântaro precioso do que se viu”*. No processo de avaliação ocorre o mesmo. Para avaliar (avaliação apreciativa) é necessário mostrar a realidade e a qualidade dessa realidade. Para depois apontar os erros. Sensibilidade é

parte da qualidade essencial dos que avaliam. Trata-se de uma necessidade das pessoas e impulsiona para a transformação.

A autoavaliação diz respeito a quem se é, de acordo com a palestrante. “*E somos virtudes, qualidades e dificuldades*”. A consideração desses aspectos, leva os alunos a reconhecerem seu poder, sua força de transformação e, evidentemente, as limitações de todos. Dê a pessoa o direito de ser vencedor, sugere; pelo menos no primeiro rascunho, acrescenta. Fala de seu próprio processo de doutoramento quando sua primeira avaliação foi um empurrão. “*Avaliação é empurrão e deve ser de ponta e não de pontos*”, compara.

Segundo ela, avaliação não é só pensar na nota, é imperioso descobrir a totalidade. Para avaliar na totalidade, não dá para avaliar somente os números. Não há número que não tenha uma história por trás. Determinadas coisas não aparecem numa tabela. Avalia quantitativamente e qualitativamente. Uma mistura de quantitativo e qualitativo.

A palestrante relata a sua experiência em avaliação institucional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conta que reuniu os 12 representantes de área da Universidade que levantaram 12 questões avaliativas dentre elas: levantar qualidade para depois os indicadores (como fazer); instrumentos e métodos que respondem aos indicadores (cada departamento foi buscar suas evidências, encontrar pontos fortes e frágeis). Buscaram os indicadores e estimularam a autoavaliação. Cada departamento escolheu os seus instrumentais. “*O importante não é o relatório, não são os números, o importante são as pessoas transformadas pelo processo de autoavaliação*”.

Depois, revela que após a avaliação externa chegou-se à conclusão de que a autoavaliação havia sido mais rigorosa que a avaliação externa. Avaliação pressupõe julgamento, mas julgamento precisa de tempo. Amadurecimento.

Thereza cita Patton (Michael Quinn Patton) como o maior avaliador da atualidade. E contou a história do rapaz que conhecia tudo sobre frutas somente através de livros. No dia em que foi a um pomar, era primavera o estava tudo florido. O homem comeu uma flor, imaginando que fosse uma fruta e não gostou do sabor. O problema é que ele não esperou o verão para que as flores virassem frutos e amadurecessem. É o que se faz na avaliação, segundo ela. Avaliação implica em julgar e julgar exige tempo e amadurecimento.

Outro aspecto interessante mencionado pela palestrante foi que a criança pode não ouvir o professor, mas ouve o colega. O colega pode não ouvir o gestor, mas ouve o colega. Fica a questão: Porque nós educadores não conseguimos resgatar. Avaliação é resgate.

A professora lança mão de mais uma história com seus sobrinhos e conta o episódio de jogo de futebol na sua sala, em que a criança a colocou em várias posições na “partida”: goleira, placar, torcedora. E afirmou, a avaliação tem que torcer para acertar. Torcer, fazer o gol e dar o resultado. Feedback é fundamental da avaliação.

Thereza também apresentou a evolução do conceito de avaliação. Nos anos 60, avaliação foi mensuração, descrição, julgamento (criterioso). Nos anos 90, negociação (com GUBA, E.G e Lincoln, Y. S, 1989). Para a professora, quem cuida, ensina, avalia. Segundo ela, as dimensões da avaliação são mérito, relevância (impacto – resultado), importância (significado).

Com mudança de paradigma na avaliação, surgem, segundo ela, os “standards” de avaliação de programas: utilidade, viabilidade, ética, precisão. Cita, ainda, os princípios norteadores para os avaliadores (Guiding Principles for Evaluators American Evaluation Association, 1995) e afirma: “o professor precisa ser fotografado”, contando mais uma de suas histórias.

Contou também que aquele que está avaliando deve se pôr no mesmo nível. “*Falar alto das qualidades e cochichar dos equívocos*”, exemplifica.

A palestrante também relatou a experiência que teve ao socorrer uma senhora com um termômetro com defeito, quase “matou a velhinha por causa do instrumento de avaliação”. É fundamental que uma avaliação tenha “precisão” que não seja baseada num único instrumento, pois o instrumento pode falhar.

Outra questão importante em uma avaliação é o “accountability (prestação de contas) – The joint Commitee, 1994 – 2011). É fundamental dizer a verdade ao poder. “Dê a dignidade para resolver os problemas”, afirmou.

A professora mencionou ainda os princípios norteadores para os avaliadores: indagação sistemática, competência (expiar – o professor só muda quando o outro muda. Se uma escola mudar, as outras mudarão); integridade/honestidade (deve-se perguntar: “vi o melhor que eu pude?”); respeito pelas pessoas; responsabilidade pelo bem-estar geral e público (envolve a capacidade de pensar global).

Além disso, como que fazendo um convite afirmou: “*a avaliação começa agora, de mãos dadas com o planejamento, propósitos e objetivos*”. Segundo ela, a avaliação se orienta para o desenvolvimento: “*não para nunca*”. Mas, ressaltou, destacando a importância de relatórios parciais: “*não se pode entupir o patrocinador de uma avaliação só*”.

Avaliamos os princípios. Se o princípio está funcionando. Se valem a pena. Quem avalia o avaliador? Quem avalia a avaliação? (Os “Standards”).

Segundo a professora é preciso verificar sempre os chamados “Standards” de Avaliação de Programa, ou seja, os Padrões de Avaliação de Programa que são, segundo ela:

Utilidade – Atender às necessidades de informação prática dos usuários

Viabilidade – Ser realística, prudente, diplomática e simples

Ética – Ser realizada legalmente e eticamente com o devido respeito ao bem-estar dos envolvidos na avaliação.

Precisão – Revelar e transmitir tecnicamente informações adequadas para permitir juízos de mérito e relevância.

Thereza ainda destacou os princípios norteadores dos avaliadores. De acordo com ela, os avaliadores precisam ter: indagação sistemática; competência; integridade/honestidade; respeito pelas pessoas; e responsabilidade pelo bem-estar geral e público.

A professora ressaltou que a avaliação começa junto com o planejamento. Destacou que avaliamos os princípios. E questionou se esse princípio está funcionando? Quem avalia o avaliador? (os princípios). Quem avalia a avaliação? (os standards/padrões de avaliação).

Por fim nos deixou uma mensagem, mencionando, inclusive, a importância de se ter “critérios”. É necessário ter “fé para viver; nas coisas pequenas, e até nas grandes”, contando-nos mais uma passagem de sua própria vida. Segundo ela, quando desistiu de uma bolsa no exterior foi porque ponderou que quem deveria deixar a escola era a competente bibliotecária. Afinal, uma turma feliz (a dela) é aquela que vale mais que uma biblioteca. “*Que a estrada apareça para encontrar você!*”

Debate

Tânia – abandonamos o exemplo de Anísio Teixeira que incorpora a cultura à educação. Educação para a saúde nos leva muita para a política. E sua presença nos refletir as nossas formas de trabalhar. É um ator-rede. Faz um convite a fazer política integrando novas práticas.

Maria de Jesus – avaliação 3 D.

Andrey – Por quê ser gestor é tão chato e na hora de fazer apoio institucional é tão bom? A construção do pensamento na nossa frente, compartilhamento do saber na nossa frente. Se a educação não for para humanizar não tem sentido.